

CATEGORIAS ANALÍTICA E EMPÍRICA: GÊNERO E MULHER: Disjunções, conjunções e mediações¹

Suely Kofes

Abstract

Gender and Women - equivalent or substitutable term?

With this question, this text examines two theoretical tendencies - Joan Scott and Marilyn Strathern - some anthropological contributions and a literary parallel, to suggest the disjunctions and conjunctions between "gender" and "women". The mediation proposed is that gender - which maps a specific field of differences - and women - a substantive category, formulated by gender differences - are neither in opposition nor substitutable.

I. Disjunções

Na recente literatura sobre gênero encontramos, muitas vezes, uma crítica aos estudos sobre mulheres que, pelo seu caráter identitário, culminariam na constituição de uma teo-

¹ Este texto foi apresentado durante a XVIII Reunião da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), em Belo Horizonte, de 12 a 15 de abril, 1992, em uma mesa-redonda intitulada: "Estudos de Gênero: a interdisciplinaridade no campo teórico e a subjetividade no campo metodológico".

ria parcial; por outro lado, uma das críticas aos estudos de gênero, afirma a sua incapacidade de compreensão dos sujeitos concretos. Alguns centros de estudos, acadêmicos, oscilam em se nomear apenas “centros de estudos de gênero”, chamando-se de “centros de estudos de gênero e de mulheres”. E há um dado, aparentemente anedótico, que é a pergunta ou a observação, não tão raras, dirigidas aos membros do Pagu (Centro de Estudos de Gênero, IFCH, Unicamp) sobre como é possível um centro de estudos de gênero ter entre seus membros apenas mulheres, e ter pesquisas que recortam (em seu primeiro projeto coletivo) apenas trajetórias femininas. Aparentemente anedótico, porque expressa alguns impasses sérios: a categoria de gênero permitiria uma substituição, isto é, não se fala mais em mulheres, e substitui-se esta categoria por gênero? Ao se propor pesquisar gênero há que necessariamente ter como pesquisadores homens e mulheres e recortar necessariamente objetos masculinos e femininos? Se se reconhece que, teoricamente, mulher é uma categoria de gênero (“gendered”), seriam equivalentes e, portanto, substituíveis, ou há distinções que pedem a manutenção do uso distinto? No segundo caso, qual a disjunção, e qual a conjunção possível?

Em síntese, por onde compreender, e o que indicaria, a resistência das categorias substantivas (e que nem sempre são acionadas sob argumentos essencialistas) aos conceitos de outra ordem? Creio que é preciso começar a formular esta questão, o que apenas é, aqui, a minha intenção.

Para uma das teóricas sobre estudos de gênero - referindo-me aos anos 80 - Johan Scott, gênero é uma catego-

ria analítica.² Gênero seria o conhecimento sobre a diferença sexual. Conhecimento entendido como: sempre relativo; produzido por meios complexos, isto é, por amplos e complexos quadros epistêmicos e referindo-se não apenas às idéias mas também às instituições e estruturas, práticas cotidianas, rituais, enfim tudo aquilo que constituiria as relações sociais. Para Scott, gênero é a organização social da diferença sexual. Não refletindo ou implementando diferenças físicas e naturais entre homens e mulheres, gênero seria o conhecimento que estabelece significações para diferenças corpóreas.

Mulher, como grupo ou categoria, para Scott, e se eu a leio bem, não teria um estatuto de objeto em si mesmo, e quando, e se, pesquisado, seria através de um instrumento analítico - gênero - com múltiplas e complexas significações. A resultante sendo um conhecimento que não se parcializa pelo seu objeto empírico.

Afirma ainda Scott - e estou me atendo a esta autora pelo impacto de sua obra para os estudos de gênero, mas há certamente outras autoras importantes e com pressupostos distintos - que as diferenças entre os sexos constituem um aspecto primário da organização social, e que estas diferenças são fundamentalmente culturais. Culturais sendo entendido não como produções de indivíduos ou coletividades, enfatizando-se significações, múltiplos e contraditórios sentidos, e aspectos normativos. Entretanto, há um referente que permanece: as diferenças sexuais.

² Scott, J. W., *Gender and the politics of history*, Columbia University Press, New York, 1988.

Para Marilyn Strathern³, gênero é entendido como um nome, - “unqualified” -, que se refere a um tipo de categorias de diferenciações. Conforme esta autora, se, ou não, o corpo ou psique de uma pessoa são percebidos como inatos a apreensão da diferença entre “os sexos”, invariavelmente, toma a forma categórica, e é a isto que gênero se refere. Por gênero, ela entende as categorizações de pessoas, artefatos, eventos, seqüências e tudo o que desenha a imagem sexual, indicando os meios pelos quais as características de masculino e feminino tornam concretas as idéias das pessoas sobre a natureza das relações sociais.

Gênero não é afirmado como uma categoria analítica, em Strathern. Gênero refere-se a categorias de diferenciação (no meu entender, êmicas). Estas categorias sendo referência para as pessoas nas suas idéias sobre as relações sociais e nas suas ações. Gênero não teria em si mesmo qualidades definicionais (como, por exemplo, o teria em afirmações como: “gênero não é a diferença natural ou biológica”) atuando como um operador de reconhecimento de um campo específico entre as categorias de diferenciação. Recupera-se aqui uma certa dimensão do caráter classificatório embutido na noção de gênero e, ao mesmo tempo, com as noções de *pessoa* (formas objetivadas de relações, agentes virtuais), *agente* (“agent”: autor de pensamento e ação), *ação*, *eventos* e *relações sociais*, coloca-se em cena a dimensão das relações sociais e dos atores sociais.

³ Strathern, M.: *The gender of the gift*, University of California Press, Berkeley, Los Angeles, Landon, 1988.

Para Strathern, torna-se impossível, em seu “modelo”, pensar gênero simplesmente como uma questão da relação entre “male” e “female” (no caso da Melanésia, seria entre “same relations” e “cross-sex relations”). Gênero refere-se às relações internas entre partes das pessoas, tanto quanto a sua externalização como relações entre pessoas.

A primeira autora, Johan Scott é uma historiadora feminista. A segunda, Marilyn Strathern, uma antropóloga.

II. Junções e Disjunções

Não é nenhuma novidade, para a antropologia, que a diferença sexual, universalmente, se presta à elaboração de diferentes categorias sociais, cujos conteúdos culturais e relações recíprocas são variados. Também não é novidade que masculino e feminino são categorias que designam não só pessoas. Lembremos, por exemplo, Durkheim e Mauss⁴, sobre as classificações primitivas: “As coisas são masculinas ou femininas, o sol, a lua, as estrelas, são homens e mulheres...”. Ou, Malinowski descrevendo o Kula, sobre a separação entre homens e mulheres, os primeiros partindo para o Kula, as segundas ficando nas aldeias, mas nos é sugerido que os *vaguyá*, objetos de valor do kula, podem ser masculinos e femininos.⁵

As teorias do parentesco também nos indicam a importância desta distinção, e no contato inicial com um código gráfico

⁴ Durkheim, E. e Mauss, M.: “*de quelques formes primitives de classification*”, Mauss, M.: Oeuvres, vol. 11, Minuit, Paris.

⁵ Malinowski, B.: *Argonautas do Pacífico Ocidental*, Coleção Os Pensadores, XLIII, Abril Cultural, SP.

de parentesco já se notará que seus símbolos operam, fundamentalmente, com esta oposição. Françoise Héritier, mesmo afirmando estar fazendo um reconhecimento banal, diz que todo sistema de parentesco é levado a tratar conceitualmente alguns dados de base que são universais e que exprimiriam “a diferença”. Entre estes dados, ao lado da sucessão de gerações e da ordem de nascimento, estaria a diferença sexual. Estes três constituiriam relações naturais universais, sobre os quais, em todo o tempo e lugar, operaria o trabalho simbólico do parentesco.⁶

Também na produção, a antropologia mostrou a importância desta distinção e seria esgotante lembrar todas as etnografias que remetem às atividades consideradas masculinas ou femininas. Também os rituais expressariam tal distinção e, neste caso, lembremos apenas Victor Turner⁷ como exemplo sobre o simbolismo ritual e ação ritual, onde masculino e feminino e homens e mulheres estariam sendo jogados, e jogam, predominantemente.

Sobre a importância desta distinção, diz Mary Douglas: “*Em culturas primitivas, quase por definição, a distinção entre os sexos é a distinção social primária. Isto quer dizer que algumas instituições importantes sempre se assentam na diferença entre os sexos*”.⁸ E Sahlins, na análise do sistema de

⁶ Héritier, F.: *L'Exercice de la parenté*, Gallimard, Le Seuil, Paris, 1981.

⁷ Turner, V.: *Dramas, fields and metaphors: symbolist action in human society*, Cornell University Press, Ithaca and Lodon; *Shism and continuity in an African Society*, Manchester University Press, Manchester; *O processo ritual*, Vozes, Petrópolis, 1974.

⁸ Douglas, M.: *Pureza e perigo*, Perspectiva, SP, 1966.

vestuário americano, recortando a produção de mercadorias, sugere que o tecido, da textura à cor e ao corte das roupas, expressa a distinção entre masculino e feminino.⁹

Mas, aqui teríamos que concordar com duas afirmações de Strathern: a primeira, a de que é um mito que tenha sido o feminismo que motivou, na antropologia, o estudo sobre mulheres e sobre as relações masculino e feminino. A segunda, que uma vez descartado este mito se inventasse outro: o de que a antropologia e as teorias feministas, ou a antropologia inspiradas por estas teorias, não comportam diferenças e inovações em relação aos estudos anteriores.

Não deve ser casual que 1949 seja a data de publicação do *Macho e Fêmea*, de Margareth Mead¹⁰ e *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir.¹¹

O de Mead situa-se na antropologia. É o que nos diz esta autora com a primeira parte do livro: “O significado das perguntas que fazemos”, e “Como escreve um antropólogo”. No livro, há termos mais marcadamente biológicos - macho e fêmea - e de gênero - masculino e feminino, homens e mulheres. O método é comparativo, comparando-se sociedades do Pacífico e, estas e a sociedade americana. No primeiro parágrafo Mead pergunta: “*Como devem pensar homens e mulheres sobre sua masculinidade e feminilidade?*”, para afirmar, depois de outras perguntas: “*Não conheço cultura que tenha concretamente afirmado que não há diferença entre ho-*

⁹ Sahlins, M.: *Cultura e razão prática*, Zahar, RJ, 1979.

¹⁰ Mead, M.: *Macho e fêmea*, Vozes, RJ, 1971; *Sexo e temperamento*, Perspectiva, SP, 1969.

¹¹ Beauvoir, S.: *Le deuxième sexe*, Gallimard, Paris, 1949.

mem e mulher.”. Uma das conclusões de Mead é a complementaridade desta distinção: “*Isto é parte da argumentação geral do livro: que as mulheres vêem o mundo de maneira diversa do homem e, assim fazendo, ajudam a raça humana a se ver de maneira mais completa*”.¹²

O *segundo sexo* defini-se, no primeiro parágrafo, como um livro “sobre a mulher”: “*Durante muito tempo eu hesitei em escrever um livro sobre a mulher*” é a frase com que Simone de Beauvoir inicia o livro e, em seguida, pergunta: “*Mas há mesmo mulheres?*” Em um encadeamento argumentativo vai afirmar que nem todo “ser humano fêmea” é necessariamente mulher, de que mulher é um ser humano, como o homem, mas todo ser humano é singularmente situado, e que recusar as noções do eterno feminino, da alma negra, do cará ter judeu, não nega que existam judeus, negros e mulheres.

Para Beauvoir: “*Se a função da fêmea não é suficiente para definir a mulher, se recusarmos também a explicá-la pelo eterno feminino e, se admitirmos, pelo menos provisoriamente, que há mulheres na terra, nós temos então que nos colocar a questão, o que é uma mulher?*”¹³

O impacto desta obra, para o feminismo e para os estudos sobre a mulher, é bem conhecido. Maria Luiza Heilborn, em um ensaio que analisa os projetos do Concurso de Bolsas “Pesquisas sobre a Mulher”, aberto em 1979, pela Fundação

¹² Respectivamente: páginas 23, 26,37, in Mead, M.: *Macho e fêmea*, op. cit.

¹³ Respectivamente: páginas 11, 13, 14 IN Beauvoir, S.: *Le deuxième sexe*, opus cit.

Carlos Chagas, encontrou-o como referência constante na bibliografia citada.¹⁴

O impacto da obra de Mead, para o feminismo e para os estudos sobre a mulher, eu não saberia avaliar. Mas, nestes estudos, o mais citado desta autora é *Sexo e temperamento*. Por razões que me parecem óbvias: neste livro é enfaticamente descartada a naturalização dos chamados “papéis sexuais”.¹⁵

Paradigmaticamente teríamos, com estas duas obras - *Macho e fêmea* e *O segundo sexo* -, resguardados os contextos de linguagem e questões particulares à época, em Mead, um estudo de gênero, e em Beauvoir, um estudo sobre mulher.

Também a literatura poderia nos oferecer uma distinção semelhante se, arbitrariamente, considerássemos duas biografias ficcionais: Madame Bovary, como a biografia de uma mulher, de sua trajetória e de seu destino; Orlando, de Virgínia Woolf, foi homem até os 30 anos, depois transformou-se em mulher. Antes e depois da transformação corpórea - não muito problemática - o corpo contendo e expressando múltiplas diferenças.

Arrisquemos uma correlação: Orlando é uma biografia que fala do que falam as teorias do gênero; Madame Bovary, do que falam os estudos sobre a mulher. Estou simplificando, inclusive porque estou deixando de lado a dimensão literária, e metaliterária (ambas falam da literatura) destas duas obras. Mas, continuando a correlação, e ainda com riscos, a obra de

¹⁴ Heilborn, M.L.: “Notas sobre a antropologia da mulher”, mimeo.

¹⁵ Mead, M.: *Sexo e temperamento*, op. cit.

Beauvoir estaria para a de Mead como a de Flaubert para a de Virgínia Woolf.

As teorias contemporâneas sobre gênero afirmam sua transcendência sobre as divisões e tradições disciplinares. E apontam os impasses epistemológicos dos estudos sobre a mulher. Estes últimos teriam reduzido o horizonte compreensivo aos limites da categoria empírica. Criticam o caráter identitário com que estes estudos referem-se à mulher, e enfatizam a diferença. Recusam ainda as explicações de caráter totalizador.

Difícil negar a importância destas críticas. Inclusive porque estas críticas situam, mais do que as questões que estou colocando (embora acabem por aí chegar) o ponto nodal da discussão entre os estudos de gênero e os estudos sobre a mulher: a distinção dos campos epistemológicos, onde se trava o duelo, às vezes diálogo, entre distintas teorias.

III. Mediações

Não seria um tanto óbvio, quando se fala em gênero, considerar que mulher é uma categoria, entre outras, que a distinção de gênero formula? Quando se fala em gênero há um alargamento do campo categórico e de sentidos. As categorias “mulher” ou “homem” recobrem, no meu entender, um campo de referências mais restrito que as categorias masculino e feminino, e as primeiras poderiam ser consideradas como partes das segundas. Desta forma, não haveria oposição, exclusão ou substituição (mulher e/ou gênero, gênero por mulher) mas gênero seria um instrumento que mapeia um campo específico

de distinções, aquele cujos referentes falam da distinção sexual. Quer onde estão sujeitos concretos, substantivos, homens e mulheres, quer onde nem mesmo encontramos estes sujeitos. Mas, claro, esta relação ainda instiga, do meu ponto de vista, interrogações e pesquisas.

Sobre esta relação, e sem entrar no mérito se é ou não satisfatória, seria importante considerar melhor, além das contribuições contemporâneas, a contribuição que a antropologia acumulou em sua tradição sobre categorias de gênero, sobre as experiências concretas dos sujeitos, homens e mulheres. Embora - ou talvez porque? - estes temas, na antropologia, tendem a ser pensados através de totalidades ou sistemas. No primeiro caso, em sociedades, culturas; no segundo caso, de classificação, de parentesco, mítico. E ainda, fundamentalmente, porque nesta disciplina as discussões sobre os estudos de gênero e sobre mulher podem também contribuir para as questões epistemológicas que a discussão contemporânea tem colocado em primeiro plano. Refiro-me à relação entre universalidade e particularidade, entre descrição e explicação, entre categorias êmicas e éticas, entre significação, normas e ação social, e a importância estrutural da diferença. Além do reconhecimento, e do enfrentamento, de alguns enigmas, como aquele sintetizado em uma afirmação de Lévi-Strauss, nos *Tristes trópicos*¹⁶: a de que só se vence a natureza reconhecendo seu império e concedendo a parte correspondente a suas fatalidades.

¹⁶ Lévi-Strauss, C.: *Tristes trópicos*, Ed. Universitário de Buenos Aires, BA, 1970, p. 236.

Evidentemente, esta afirmação, trazida para esta discussão, é ardilosa. Mas ainda não seria um desafio enfrentar este enigma?

Mas há outro desafio: talvez Orlando não subsuma Madame Bovary.